



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

### **Problemas com os benefícios ao consumo electrónico. Promoção da 3.<sup>a</sup> fase do cartão electrónico de consumo.**

O Governo pretende lançar, em Maio, benefícios ao consumo electrónico. A intenção inicial desta medida é positiva, pois pretende-se, através do consumo, revitalizar a economia local, mas o público precisa de consumir primeiro e só depois é que usufrui dos benefícios, portanto a sensação de benefício é menor do que com o cartão electrónico de consumo do ano passado. Para os desempregados e pessoas em situação de licença sem vencimento, cuja sobrevivência está a ser afectada pela pandemia, este “benefício ao consumo” é, como se diz vulgarmente, “mesmo que a mulher seja boa cozinheira, se não tiver grãos não consegue fazer arroz”, e as pessoas questionam: se não têm capacidade de consumo, como é que podem usufruir dos benefícios?

Independentemente de o Governo considerar a medida em causa como apoio económico, o que os residentes, na sua maioria, precisam é de apoio directo e substancial, em vez de “cerejas no topo do bolo”. A economia de Macau já está a ser afectada pela pandemia há mais de um ano, e acredito que ainda vai demorar vários anos até a economia voltar ao seu nível anterior, por isso, na minha opinião, o Governo deve dar mais apoio do que o que foi dado nos anos anteriores, em vez de se desdizer e esperar que os residentes, com cortes de rendimentos, aumentem o seu poder de consumo.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Além disso, desta vez os benefícios ao consumo electrónico totalizam 5 mil milhões do erário público. No passado, nas duas primeiras fases do cartão electrónico de consumo, cada residente dispunha de 8 mil patacas e os gastos do erário público foram apenas de 5,8 mil milhões (na primeira fase 2,2 mil milhões e na segunda 3,6 mil milhões). Os beneficiários e a forma de atribuição são diferentes, e o erário público é o mesmo, no entanto existe uma grande diferença na sensação de obtenção de benefícios dos residentes.

Os residentes reagiram fortemente a esta medida de benefícios ao consumo electrónico, e o Governo afirmou, recentemente, que ia otimizar e aperfeiçoar o programa de cupões de consumo electrónico. Estou satisfeita por ver que o Governo ouve as opiniões das diversas partes, mas creio que o desejo comum da maioria da população é que se lance um novo cartão electrónico de consumo, pois este contribui directamente para atenuar as dificuldades dos residentes, a sua utilização é prática, acessível e justa, e os resultados alcançados no ano passado foram bons. Além disso, o relatório intercalar publicado pelo Governo também mostra que o cartão de consumo trouxe consumo adicional e benefícios económicos.

Além disso, ainda não se sabe qual é o projecto de optimização que o Governo vai adoptar. No caso dos benefícios ao consumo electrónico, os residentes têm de gastar muito, mas os benefícios que vão receber são poucos. Além disso, existe ainda o problema da injustiça, pois os menores não dispõem, de um modo geral, de telemóveis inteligentes ou não preenchem os requisitos para a certificação do nome, portanto não podem usufruir deste benefício; no entanto, se um residente se registar com o seu nome verdadeiro em oito plataformas de pagamento, teoricamente, pode



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

gozar de oito benefícios. Assim, é mesmo necessário resolver este fenómeno injusto em que “há pessoas que não usufruem deste benefício, enquanto outras podem usufruir deste benefício oito vezes”.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Quanto à justiça: os menores não podem usufruir de benefícios ao consumo electrónico por não terem telemóveis inteligentes ou por não preencherem os requisitos para a certificação do nome. Este programa de benefícios ao consumo é universal e abrange os trabalhadores não residentes e os estudantes estrangeiros que estudam em Macau, mas o Governo adoptou uma medida que, devido a limitações objectivas, deixa de fora alguns residentes. Para que toda a população possa usufruir, de forma justa e conveniente, dos benefícios ao consumo electrónico, o Governo deve lançar a 3.ª fase do cartão electrónico de consumo. Vai fazê-lo? Se não o fizer, que medidas é que vai adoptar para beneficiar também os que não têm telemóveis inteligentes? Quando é que vão ser lançadas medidas específicas de apoio aos desempregados e às pessoas em situação de subemprego?
2. Se um residente se registar com o seu nome verdadeiro em oito plataformas de pagamento, teoricamente, pode gozar de oito benefícios ao consumo. O Governo implementou o serviço de pagamento agregado “*Simple Pay*”, mas não consegue fiscalizar nem assegurar “um benefício por pessoa”. Na opinião dos residentes, esta forma de atribuição de benefícios apresenta graves lacunas e é uma distribuição errada de recursos. De que medidas dispõe o Governo para



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

assegurar “um benefício ao consumo por pessoa”? Como é que se pode evitar que o erário público se transforme em munição para os contrabandistas, isto é, para a compra de produtos de contrabando? Segundo o Governo, vão ser aplicados 5 mil milhões de patacas na medida de benefícios ao consumo electrónico. No cálculo deste montante tiveram por base quantos residentes (proporção de residentes, trabalhadores não residentes e estudantes estrangeiros que estudam em Macau) e quantos benefícios? Também foram calculados os benefícios duplicados para uma mesma pessoa?

3. Segundo o Governo, existem mais de 1 milhão de utentes registados em serviços de pagamento móvel de diferentes instituições, dos quais 764 mil estão registados com o seu nome verdadeiro. Então, quantos desses utentes dizem respeito a uma mesma pessoa e têm contas de utente duplicadas nas diferentes plataformas? Quando as pessoas efectuam o consumo, como é que se faz a distinção entre os residentes, os trabalhadores não residentes e as pessoas não beneficiadas? Como é que o Governo supervisiona a segurança das plataformas de pagamento móvel? Como é que se vai tratar e como é que vão ser apuradas as responsabilidades caso haja fuga de informações dos utentes?

Referências:

[1] <https://www.gov.mo/pt/noticias/231463/>

[2] <http://www.shimindaily.net/v1/news/macau/%E6%9E%97%E7%8E%89%E9%B3%B3%E4%BF%83%E7%9B%A1%E6%97%A9%E7%99%BC%E6%94%BE%E7%AC%AC%E4%B8>



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

%89%E6%9C%9F%E9%9B%BB%E5%AD%90%E6%B6%88%E8%B2%BB%E5%8D%A1/

[3] [http://www.macaodaily.com/html/2021-03/17/content\\_1502779.htm](http://www.macaodaily.com/html/2021-03/17/content_1502779.htm)

19 de Março de 2021

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM**

**Lam lok Fong**